e necessaria contribuição sendo fiscalizada com a maior exacção mostre no seu producto por huma parte o fervor e assiduidade de V. S.ª e por outra o verdadeiro rendimento q. podera ter sendo rematado nos annos seguintes.

Consiste pois o mencionado Subsidio em hum real q. deve pagar toda a libra de carne de vaca que se matar nas dittas Villas e seus Destrictos, e dez reis por cada medida de Agoa ardente que no mesmo se fabricar; devendo VS.º praticar todos os meios de brandura, e de persuazao para nao haverem fraudes na Cobrança, e para esta ser effectiva; e quando os ditos meios nao forem sufficientes, authorizo a V. S.º igualmente para uzar de coacção assignando diaz em q. os devedores lhe devem pagar, com a comminação de que nao o fazendo no termo prefixo me dara parte para eu determinar o que em consequencia se deve obrar.

Estou certo que V. S.ª dezimpenhará esta Commissão de forma que por ella mostre a sua efficacia pelo Bem do Publico, e do Estado a q. immediatam." se destina o refferido Súbsidio na instrucção da mocidade desta Capitania; dandome no fim do proximo fucturo anno de 1802 huma fiel, circunstanciada, e exactissima conta do seu rendimento, ficando alias responsavel por qual quer descuido ou ommissão que nesta parte houver o que certam.º nao espero pelos fundamentos acima ponderados. D.º g.º a VS.º S.º Paulo 14 de Dezembro de 1801 = Antonio Manoel de Mello Castro e Mendoça = Snr Coronel Comm. de Antonio Jozé de Macedo = P. S. = Constame q. a Camara de Ubatuba p.º contribuir com menos porção p.º o Subsidio Literario, mandara a pouco tempo vir padrao de medidas do Rio, cujo padrao tem hum quarto mais do q. tinhao as medidas de q. sempre se uzou naquella V.º; e como esta mudança foi feita com d'ollo e fraude ou deve servir-se do padrao antigo, e q. existia no anno de 1772 em q. se promulgou a Ley q. estabaleceo a Colecta do dito Subsidio, ou deve pagar 13 r.º e 1/3º por cada med.º que tanto corresponde a differ.ºa que há entre a actual, e a primitiva; o que V. S.ª fará cumprir na Cobrança do refferido Subsidio, de q. o encarrego informando-me primeiram.º da verdade deste facto, e da verdadeira differença que há entre a medida actual e a antiga, o q. tambem deverá fazer a respeito de S. Sebastiao, e isto antes q. se proceda a Cobrança, e arrecadaçam do Subsidio da Agoa ardente, p.º eu saber o que devo discidir; ouvindo sobre este mesmo negocio ás Camaras respectivas, que deverao escolher o que lhe parecer melhor; isto hé ou servir-se da medida antiga pagando 10 r.\* por cada huma, ou da moderna pagando demais aquillo que corresponder ao accrescimo da medida.

## P.ª o Ouvidor desta Cid.º

Nao sendo compativeis os Empregos de Juizez Ordinarios Vereadores, e Juizez de Orfaons com as muitas Commissoens do Real Serviço que por Ordem da Secretaria d'Estado respectiva se tem encarregado

10

11

15

16

14

13

12

aos Capitaens Mores e Commandantes das Ordenanças na falta daquelles, rezultando de serem obrigados a servir as mencionadas occupaçoens não poderem satisfazer, nem a humas, nem a outras, o q. tudo céde em detrimento do Publico, e do Real Serviço: Ordeno a V. M.ºº que não obstante os Capitaens Mores, ou Commandantes das Ordenanças de cada Villa não terem previlegio em Direito q. os exima de servirem os lugares e Empregos da Governança della, V. M.ºº os escuze quando elles, sendo elleitos, ou por Pellouro, ou de Barrete lhe pedirem a dita escuza, O que V. M.ºº cumprirá na forma q. lhe determino, e q. participo a S. A. R. D.º g.º a V. M.ºº São Paulo 15 de Dezembro E 1801 = Antonio Manoel de Mello Castro e Mendoca = Snr D.ºº Dez.ºº e Ouv.ºº geral desta Com.ºº Joaquim Jozé de Almeida. //:

Do m.mo theor e com a m.ma data foi outra p.a o Ouvidor de Parnaguá

## P.ª o Juiz Ordinr.º da V.ª de Ytú

Do Secretr.º do Gov.º

O III. <sup>mo</sup> e Ex. <sup>mo</sup> Snr. Gov. <sup>a</sup> e Cap. <sup>m</sup> Gen. <sup>a</sup>l desta Cap. <sup>n</sup>la hé Servido Ordenar, que logo que Vm. <sup>co</sup> receber esta, junto em Corpo de Camara com os Vereadores actuaes, repitao a Proposta que esse Senado lhe fez p. <sup>a</sup> o Posto vago de S. M. das Orden. <sup>can</sup> dessa V. <sup>a</sup> em razao de nao aparecer a q. remetterao: O q. da parte do m. <sup>mo</sup> S. <sup>r</sup> lhe participo p. <sup>a</sup> q. assim o execute inviandoa a esta Secretaria do Governo. S. Paulo 18 de Dezbr. <sup>a</sup> de 1801 = Luiz Antonio Neves de Carvalho = Snr. Juiz Ordinr. <sup>a</sup> da V. <sup>a</sup> de Ytú. //:

Cartas, Portarias, e mais Ordens que se passarao p.º a V.º de Santos p.º ser por ellas administrado o Sal da Conta de S. A. R, e recebidos os Cruzados que deve pagar o do Commercio por cada alqueire na fr.º das Ordens

## P.ª Luiz Per.ª Machado.

Attendendo á probidade, e honra de vm. e sou Servido nomealo Administrador Geral do Sal pertencente á Real Fazenda, q. entrar p. esta Cap. e por esse Porto de Santos, em cuja administração vm. e procederá na forma declarada nos Artigos Seguintes

## 1.0

Dar-seha balanço a todo o Sal actualmente existente nessa V.\* tanto vindo antes de findar o Contracto, como depois assistindo á sua medição o Escr.\*\* do Almoxarifado p.\* lhe fazer Carga do numero de alqr.\*\*, q. existem em ser.